

economia

Cesta básica de Porto Alegre recua em fevereiro

Preço teve queda de 0,12% no mês passado, custando R\$ 769,74

/ CONJUNTURA

A cesta básica teve queda de 0,12% em fevereiro em Porto Alegre, custando R\$ 769,74 no período. Segundo o levantamento do Dieese, o resultado é a segunda retração seguida, após o recuo de 1,67% em janeiro.

Dos 13 itens pesquisados, oito recuaram no mês passado: tomate (-13,15%), batata (-3,65%), feijão (-2,24%), óleo de soja (-2,02%), banana (-1,92%), arroz (-1,48%), manteiga (-1,32%) e pão (-0,07%). Por outro lado, cinco produtos ficaram mais caros: café (13,99%), farinha de trigo (2,63%), leite (2,35%), açúcar (2,17%) e carne (1,33%).

Nos primeiros dois meses do ano, a cesta básica acumula queda de -1,78%. No ano, sete produtos ficaram mais baratos: batata (-48,79%), tomate (-15,04%), arroz (-6,54%), banana (-5,37%), feijão

(-4,98%), manteiga (-0,97%) e óleo de soja (-0,72%).

Em sentido oposto, seis itens ficaram mais caros: café (29,34%), carne (3,12%), farinha de trigo (2,63%), açúcar (1,95%), pão (1,65%) e leite (0,57%). No acumulado dos últimos 12 meses, foram registradas queda em sete dos 13 produtos da cesta: batata (-67,45%), tomate (-51,09%), feijão (-19,93%), arroz (-15,25%), açúcar (-9,42%), farinha de trigo (-8,24%) e banana (-0,97%). Outros seis itens acumularam altas: café (78,58%), óleo de soja (24,49%), leite (13,97%), carne (13,89%), pão (8,14%) e manteiga (5,16%).

Em fevereiro de 2025, o trabalhador de Porto Alegre, remunerado pelo salário-mínimo de R\$ 1.518,00, precisou trabalhar 111 horas e 34 minutos para adquirir a cesta básica. Em janeiro de 2025, o tempo de trabalho necessário foi de 111 horas e 41 mi-

nutos e em fevereiro do ano passado de 124 horas e 09 minutos.

Considerando o salário-mínimo líquido, após o desconto de 7,5% da Previdência Social, o mesmo trabalhador precisou comprometer, no primeiro mês de 2025, 54,82% da remuneração para adquirir os produtos da cesta básica, que é suficiente para alimentar um adulto durante um mês. Já em janeiro de 2025, o percentual foi de 54,88% e em fevereiro de 2024 de 61,01%.

A cesta básica subiu em 14 das 17 capitais onde o Dieese realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Entre janeiro e fevereiro de 2025, as elevações mais importantes ocorreram em Recife (4,44%), João Pessoa (2,55%), Natal (2,28%) e Brasília (2,15%). Já as reduções foram observadas em três capitais: Goiânia (-2,32%), Florianópolis (-0,13%) e



FREEPIK/DIVULGAÇÃO/JC

Mesmo com redução, alguns itens ficaram mais caros na Capital, como o café

Porto Alegre (-0,12%).

São Paulo foi a capital onde o conjunto dos alimentos básicos apresentou o maior custo (R\$ 860,53), seguida pelo Rio de Janeiro (R\$ 814,90), por Florianópolis (R\$ 807,71) e Campo Grande (R\$ 773,95). Nas cidades do Norte e do Nordeste, onde a composição da cesta é diferente, os menores valores médios foram registrados em Aracaju (R\$ 580,45), Recife (R\$ 625,33) e Salvador (R\$ 628,80).

A comparação dos valores da cesta, entre fevereiro de 2024 e fevereiro de 2025, mostrou que

14 capitais tiveram alta de preço, com variações entre 1,87%, em Vitória, e 13,22%, em Fortaleza. As quedas ocorreram em Porto Alegre (-3,40%), Rio de Janeiro (-2,15%) e Belo Horizonte (-0,20%).

Nos dois primeiros meses do ano, o custo da cesta básica aumentou em 14 cidades, com destaque para as variações no Nordeste e no Norte: Salvador (7,69%), Recife (6,29%), Fortaleza (5,48%) e Belém (5,14%). As quedas aconteceram em Porto Alegre (-1,78%), Vitória (-0,26%) e Florianópolis (-0,22%).

Energia e gasolina pressionam inflação ao consumidor no IGP-DI de fevereiro, diz FGV

TÂNIA MEINERZ/JC



Aumento no preço da gasolina (2,97%) acelerou o índice no período

Os aumentos nos preços da energia elétrica (17,68%) e da gasolina (2,97%) aceleraram a inflação no varejo medida pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) em fevereiro, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV). No ranking de principais pressões individuais sobre a inflação, figuraram também o condomínio residencial (4,15%), aluguel residencial (2,61%) e café em pó (12,26%).

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-DI) saiu de uma alta de 0,02% em janeiro para uma elevação de 1,18% em fevereiro.

“No Índice de Preços ao Con-

sumidor (IPC), o principal impacto veio do fim do bônus de Itaipu nas tarifas de energia elétrica em fevereiro, que respondeu por quase 50% da pressão sobre os preços ao consumidor”, destacou Matheus Dias, economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

Quatro das oito classes de despesa registraram taxas de variação mais elevadas: Habitação (de -2,43% em janeiro para 3,80% em fevereiro), Transportes (de 0,83% para 1,41%), Despesas Diversas (de 0,26% para 1,07%) e Comunicação (de 0,01% para 0,28%).

Por outro lado, as taxas foram mais baixas nos grupos Educação, Leitura e Recreação (de 0,18% para -2,54%), Saúde e Cuidados Pessoais (de 0,66% para 0,38%), Alimentação (de 1,22% para 1,02%) e Vestuário (de 0,22% para 0,14%).

O núcleo do IPC-DI teve alta de 0,48% em fevereiro, após um aumento de 0,48% em janeiro. Dos 85 itens componentes do IPC, 38 foram excluídos do cálculo do núcleo. O índice de difusão, que mede a proporção de itens com aumentos de preços, passou de 74,84% em janeiro para 64,52% em fevereiro.

Haddad diz que MP do consignado será enviada nesta semana

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo deve enviar nesta semana a Medida Provisória do novo crédito consignado. De acordo com ele, o envio do Projeto de Lei (PL) que estabelece a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil deve ser enviado ao Congresso após a MP, sem especificar uma data.

Como mostrou o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), a MP

que criará o novo crédito consignado privado deve ser publicada no próximo dia 12. Houve um atraso em relação ao cronograma inicial diante de definições ainda pendentes sobre como será a operação técnica do produto.

A expectativa em fevereiro era que a MP saísse até o Carnaval, e que a plataforma inicial para a oferta do crédito entrasse no ar já na próxima quarta-feira. No entanto, ainda há uma

série de processos que precisam ser discutidos.

Com a publicação da MP prevista para a próxima quarta, a expectativa do governo é colocar no ar a plataforma de oferta do consignado privado de sete a dez dias depois, após a regulamentação por um comitê formado pelos ministérios da Fazenda e do Trabalho e pela Casa Civil. Inicialmente, esperava-se que a plataforma já entrasse no ar na próxima semana.



AFF/DIVULGAÇÃO/JC

Ministro da Fazenda confirmou a informação nesta segunda-feira